



Gênero, Raça e Sexualidade: uma Análise Interseccional das Microagressões

Jackson Breno Gomes Ferreira¹
Denner Dias Barros²

As políticas de democratização do acesso ao ensino superior ampliaram a presença de estudantes de grupos sub-representados nas universidades, porém não alteraram as dinâmicas institucionais que impactam sua permanência e reconhecimento. Como consequência, esses estudantes continuam a enfrentar formas sutis e recorrentes de exclusão para além do ingresso formal, que atuam nas dimensões simbólica, estrutural e interpessoal, por meio da negação de identidades, da exclusão de narrativas e da fragilidade do senso de pertencimento em práticas cotidianas e políticas institucionais. Em cursos de Ciências Exatas, essa contradição se traduz na incidência de microagressões que produzem desigualdades e afetam as trajetórias acadêmicas e experiências formativas desses estudantes. Embora existam estudos que abordem, de forma isolada, gênero, raça e sexualidade como categorias sociais de diferença, ainda persiste a ausência de análises sistemáticas que considerem a sobreposição desses marcadores em sua complexidade, o que resulta em interpretações fragmentadas e incapazes de apreender os efeitos específicos produzidos pela sua interação. Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento, de caráter exploratório e fundamentada em estudo bibliográfico, que visa analisar as microagressões a partir de uma perspectiva interseccional, com o objetivo de compreender como a interação entre múltiplos marcadores sociais estrutura experiências de exclusão e condiciona a trajetória acadêmica de estudantes sub-representados em cursos de Ciências Exatas, mobilizando a Educação Matemática Crítica para fundamentar a promoção da Justiça Social.

Palavras-chave: ciências exatas; educação matemática crítica; interseccionalidade; microagressões.

Introdução

A universidade, historicamente constituída a partir de referenciais branco-eurocêntricos, patriarcais e cisheteronormativos, estabelece critérios implícitos e explícitos que impactam a ideia de quem pode ser reconhecido como pertencente aos seus espaços. Embora frequentemente se apresente como uma instituição voltada à democratização do conhecimento, o ensino superior também reproduz dinâmicas de exclusão e violência que incidem de maneira particular sobre grupos sub-representados.

¹ Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC-USP), jacksongomes1067@usp.br

² Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC-USP), denner@icmc.usp.br



Indígenas, mulheres, negros, quilombolas, LGBTQ+ e outros grupos que por motivos históricos e sociais também têm sofrido violência e sua humanidade negada são em alguns contextos chamados de minorias, que não se constituem como um grupo com menos pessoas, mas que possuem menos poder nas relações que são estabelecidas. Preferimos o termo sub-representados, já que essas relações de poder marginalizam e excluem essas pessoas em espaços em que o acesso é restrito à classe dominante (Barros, 2021, p.22-23).

Essas dinâmicas manifestam-se em diferentes níveis, sendo simbólico, estrutural e interpessoal, ocorrendo por meio da invalidação de saberes, da negação de identidades, da supressão de narrativas e da fragilização do senso de pertencimento. Esses processos estão presentes tanto em práticas cotidianas quanto em dispositivos institucionais, configurando um ambiente em que determinadas experiências e trajetórias são sistematicamente deslegitimadas. Nesse cenário, a ausência de preparo e sensibilidade, tanto por parte de discentes quanto de docentes, para lidar com essas formas de violência contribui para a manutenção da exclusão.

Muitas dessas práticas se expressam por meio das microagressões, isto é, manifestações sutis, e por vezes explícitas, de discriminação direcionadas a indivíduos com base em marcadores sociais como raça, gênero, sexualidade, etnia, classe, dialeto ou religião. Essas agressões podem ocorrer de maneira verbal, não verbal ou visual e, apesar de frequentemente naturalizadas por seu caráter automático ou inconsciente, produzem impactos cumulativos sobre aqueles que as vivenciam (Silva, 2016).



É importante destacar que o prefixo “micro”, presente no termo microagressão, pode levar à interpretação equivocada de que esse tipo de insulto seria pequeno ou pouco relevante. Entretanto, conforme argumenta Silva (2016), o termo refere-se ao fato de que essas agressões costumam ocorrer em nível individual ou em contextos específicos, muitas vezes em situações privadas ou restritas, o que pode inclusive proporcionar certo anonimato ao agressor. Ainda que aparentemente sutis, seus efeitos são profundos e persistentes.

A recorrência dessas práticas reforça o caráter excludente da universidade, pois produz desgaste psicológico contínuo e impacta diretamente a saúde mental e o desenvolvimento profissional dos sujeitos que as vivenciam. Esse processo torna-se ainda mais complexo quando múltiplos marcadores sociais de diferença atravessam simultaneamente as experiências dos estudantes. Nesses casos, os efeitos da discriminação não podem ser compreendidos apenas pela soma de diferentes categorias sociais, mas pela forma como elas se articulam e produzem experiências específicas de violência (Akotirene, 2019).

A análise desses efeitos demanda, portanto, da incorporação da perspectiva da interseccionalidade, conceito formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), que evidencia a inseparabilidade do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado na produção e manutenção de desigualdades. Conforme argumenta Akotirene (2019), essas estruturas atuam de forma articulada, configurando padrões específicos de marginalização. No contexto universitário, essa dinâmica incide de maneira mais intensa sobre os sujeitos que são atravessados por múltiplos marcadores sociais.

Sob esse ponto de vista, as microagressões podem ser compreendidas como manifestações cotidianas dessas relações de poder. Elas não se restringem a casos pontuais de discriminação, mas emergem das interações complexas entre diferentes sistemas estruturais de opressão, como o racismo, o patriarcado, a cisheteronormatividade e as desigualdades socioeconômicas. Assim, determinados sujeitos tornam-se mais vulneráveis a essas práticas justamente



por ocuparem posições situadas na intersecção de diferentes eixos de desigualdade.

As microagressões também se manifestam de forma cumulativa nas dimensões de gênero, raça, classe e sexualidade. Mulheres negras, por exemplo, frequentemente enfrentam formas simultâneas de discriminação relacionadas tanto ao gênero, quanto à raça. De maneira semelhante, estudantes LGBTQIAPN+ lidam com processos de exclusão e invisibilização de suas experiências identitárias, que podem se intensificar quando atravessados por outros marcadores sociais, como raça e classe.

No campo das Ciências Exatas, essas práticas muitas vezes aparecem de forma sutil em situações cotidianas. Comentários de surpresa diante do bom desempenho acadêmico de determinados estudantes ou a atribuição do fracasso de estudantes de baixa renda à suposta falta de mérito individual são exemplos recorrentes (Silva, 2016). Esses discursos são reforçados por currículos que frequentemente negligenciam as contribuições de cientistas pertencentes a grupos sub-representados, sustentando a ideia de um conhecimento científico universal, neutro e descontextualizado.

Ao associar as Ciências Exatas à verdade, à racionalidade e ao prestígio intelectual, essa concepção contribui para a naturalização de uma lógica meritocrática que individualiza a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso acadêmico. Nesse contexto, torna-se relevante dialogar com o campo da Educação Matemática Crítica (EMC), que investiga de que maneira as Ciências Exatas participam da produção dessas dinâmicas de violência simbólica e da consolidação de hierarquias sociais.

A partir dessa perspectiva, a EMC permite compreender como as microagressões impactam as trajetórias acadêmicas de estudantes pertencentes a grupos sub-representados, ao mesmo tempo em que evidencia a escassez de pesquisas que articulem simultaneamente marcadores como gênero, raça e sexualidade nesse campo. Adotar uma abordagem crítica implica reconhecer que



a formação em Ciências Exatas pode tanto reforçar estruturas de desigualdade quanto contribuir para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias, dependendo das perspectivas teóricas e dos diálogos estabelecidos que orientam essa formação (Skovsmose, 2001).

Contextualização e Problematização

Sob uma perspectiva interseccional, a análise das microagressões no ambiente universitário exige sua articulação com abordagens críticas que evidenciem o papel do racismo e de outras estruturas de dominação na organização da vida acadêmica. Nesse sentido, contribuições teóricas oriundas dos estudos pós-coloniais e das epistemologias críticas permitem compreender como essas violências cotidianas se relacionam com processos históricos mais amplos de produção de desigualdades.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon (2008) demonstra que a dominação colonial não se restringe às estruturas políticas e econômicas, mas atua também na constituição subjetiva dos sujeitos colonizados. O autor evidencia que a experiência do racismo produz um processo de interiorização de estigmas, no qual o sujeito negro passa a confrontar constantemente a imagem depreciativa construída pelo olhar do colonizador. Nesse contexto, Fanon discute a ideia da “máscara branca”, conceito que expressa o movimento pelo qual o indivíduo negro busca adequar-se aos padrões de superioridade associados à branquitude como forma de alcançar aceitação social.

Essa tentativa de adaptação aos referenciais dominantes pode levar à adoção de comportamentos e identidades que negam ou silenciam a própria cultura e identidade racial. Como consequência, produz-se um conflito interno marcado por tensões identitárias e pela sensação persistente de não pertencimento autêntico aos espaços de poder e reconhecimento social e, entre eles, a própria universidade.



Em diálogo com essa perspectiva, Akotirene (2019), na obra *Interseccionalidade*, retoma o conceito formulado por Crenshaw (1989) e o contextualiza à realidade brasileira, evidenciando como diferentes marcadores sociais, especialmente raça, gênero e classe, operam de maneira interdependente na constituição de sistemas de dominação que estruturam a vida social. No contexto universitário, essa articulação contribui para compreender que as desigualdades não resultam de um único eixo de opressão, mas da interação entre múltiplas estruturas que produzem formas específicas de discriminação.

Essa abordagem amplia a compreensão das microagressões no ensino superior, que deixam de ser interpretadas como ocorrências pontuais ou meramente interpessoais e passam a ser compreendidas como mecanismos cotidianos de manutenção de hierarquias sociais. Assim, tais práticas revelam-se profundamente conectadas a processos estruturais que regulam o acesso, a permanência e o reconhecimento de determinados grupos nos espaços universitários.

Nesse sentido, a tese de Silva (2016), intitulada *Equidade no acesso e permanência no ensino superior: o papel da Educação Matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados*, evidencia que, mesmo em contextos nos quais políticas inclusivas são formalmente implementadas, a permanência de estudantes beneficiários dessas políticas permanece atravessada por experiências recorrentes de microagressão. O autor demonstra que essas violências ultrapassam o âmbito estritamente pedagógico, manifestando-se também em processos de exclusão simbólica e interpessoal que reafirmam as barreiras enfrentadas por estudantes negros e de baixa renda no ensino superior.

De modo complementar, a tese de Barros (2021), *Leitura e escrita de mundo com a matemática e a comunidade LGBTQ+: as lutas e a representatividade de um movimento social*, investiga as relações entre a Educação Matemática Crítica e o movimento LGBTQ+. Desenvolvida em um espaço de acolhimento e



diálogo, a pesquisa evidencia que a matemática pode constituir-se como um instrumento potente para a análise de desigualdades sociais e para o fortalecimento de discursos de resistência à marginalização. O estudo mostra que, quando articulada à perspectiva da justiça social, a matemática contribui para problematizar estruturas de exclusão e para enfrentar estereótipos que historicamente invisibilizam a população LGBTQIAPN+, incluindo narrativas que negam sua representatividade.

No mesmo horizonte de análise, a dissertação de Pereira (2025), intitulada *“Ah, mas você é menina, você tem certeza?”: reflexões sobre a presença de mulheres nas ciências ditas exatas e seus foregrounds*, investiga as dinâmicas de pertencimento e exclusão que atravessam a trajetória acadêmica de mulheres em áreas tradicionalmente associadas ao masculino. A pesquisa aponta que, além do interesse e da afinidade com a matemática, fatores como representatividade e a existência de redes de apoio e acolhimento desempenham papel fundamental para a permanência de alunas nesses cursos.

Por outro lado, o estudo evidencia que ambientes marcados por práticas e discursos sexistas, frequentemente reproduzidos por colegas e professores, contribuem para a construção de uma baixa autopercepção de capacidade e pertencimento entre as estudantes. Tais condições acabam por favorecer processos de distanciamento e, em muitos casos, a evasão de mulheres dos cursos de Ciências Exatas.

De modo geral, esses estudos convergem ao indicar que as microagressões não podem ser compreendidas como eventos isolados, mas como manifestações cotidianas de estruturas históricas de dominação, profundamente vinculadas a heranças coloniais, racistas e patriarcais que ainda organizam a vida acadêmica. Enquanto as contribuições teóricas de Fanon (2008) e Akotirene (2019) evidenciam o caráter estrutural dessas violências, as pesquisas de Silva (2016), Barros (2021) e Pereira (2025) demonstram seus



efeitos concretos sobre a experiência universitária de estudantes negros, de baixa renda, LGBTQIAPN+ e mulheres nas áreas de Ciências Exatas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar de maneira sistemática como essas práticas se manifestam no cotidiano universitário e de que modo influenciam as trajetórias acadêmicas de estudantes pertencentes a grupos sub-representados. Tal análise torna-se ainda mais necessária quando se considera que múltiplos marcadores sociais atravessam simultaneamente as experiências desses sujeitos, produzindo formas específicas de vulnerabilidade, exclusão e resistência no interior da universidade.

Considerações

Conforme mencionado, trata-se de uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento, de caráter exploratório. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, com base nos descritores “Microagressões + Ciências Exatas”, “Violências + Ciências Exatas + Ensino Superior” e “Exclusão + Ensino Superior + Ciências Exatas”. A partir desse mapeamento, foram selecionados 11 trabalhos, além das referências já incorporadas ao estudo, com o intuito de examinar como a perspectiva da interseccionalidade tem sido mobilizada na análise dos impactos das violências nas trajetórias de estudantes pertencentes a grupos socialmente sub-representados.

Adota-se a interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender e problematizar as relações entre raça, gênero, classe, sexualidade e poder (Akotirene, 2019; Collins, 2020; Davis, 2016; Carneiro, 2005). Nessa direção, a etapa subsequente da pesquisa consiste na realização de uma análise qualitativa e interpretativa dos estudos selecionados, com ênfase na identificação de categorias analíticas, recorrências discursivas e lacunas teóricas, buscando aprofundar a compreensão das dinâmicas de exclusão no ensino superior e subsidiar a construção do referencial e das discussões da pesquisa.

Deste modo, as bibliografias sistematizadas estão representadas abaixo:



Quadro 1 - Levantamento dos estudos bibliográficos selecionados

Título	Autor	Área	Ano
Microagressões raciais no Ensino Superior no âmbito das Ciências Exatas	Edson Aparecido	Educação	2023
Equidade no acesso e permanência no ensino superior: o papel da Educação Matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados	Guilherme Henrique Gomes da Silva	Educação	2016
Impactos afetivos da exclusão em estudantes de cursos de Ciências Exatas de graduação da Unicamp	Natália Mazzilli Dias	Educação	2023
Entre números e saias: a trajetória de mulheres professoras de Ciências Exatas da Universidade Federal do Maranhão	Fernanda Vanessa de Jesus da Silva	Educação	2020
Relações de gênero e seus efeitos discursivos na constituição de subjetividades nos cursos de Engenharia do Campus Universitário de Tucuruí – CAMTUC/UFPA	Edileuza de Sarges Almeida	Educação	2016
Enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades federais brasileiras	Raissa Ribeiro Lima	Serviço Social	2023



O quarto excluído: gêneros não binários e formação universitária	Fernanda Karla Fernandes da Silva Goes	Gestão das Organizações Aprendentes	2019
A licenciatura é o lugar onde a gente se encontra como mulher : os discursos sobre as diferenças de gênero entre mulheres licenciandas em matemática numa instituição de ensino superior do Sertão Pernambucano	Helena Soares da Silva Gomes	Educação Matemática	2024
A inserção e vivência da mulher na docência de matemática: uma questão de gênero	Maria da Conceição Vieira Fernandes	Educação	2006
Transcrevivências: crítica à colonialidade em ambientes educacionais formais	Elisson Lima Santos	Ensino de Ciências e Matemática	2024
Denúncias e anunciações sobre camadas de vulnerabilidade social e Educação Matemática junto a um grupo de mulheres pretxs que assumiram empoderar-se por meio da tecnologia	Jeimy Marcela Cortés Suárez	Educação Matemática	2020

Fonte: Elaborado pelo autor

Os estudos apresentados na tabela foram selecionados a partir de sua pertinência às discussões sobre microagressões no ambiente acadêmico, considerando especialmente as abordagens que articulam marcadores sociais como gênero, raça, classe e sexualidade. A escolha privilegiou trabalhos que evidenciam, de forma explícita ou implícita, a mobilização de uma perspectiva interseccional na análise das experiências de estudantes no ensino superior, particularmente nas Ciências Exatas.



Ressalta-se, contudo, que, diante da ainda limitada produção específica sobre a temática, também foram incluídos estudos que abordam de forma pontual um único marcador social de diferença. Nesses casos, buscou-se examinar, analiticamente, em que medida tais produções permitem evidenciar aproximações, tensões ou possibilidades de diálogo com a perspectiva interseccional, mesmo quando esta não é explicitamente assumida pelos autores. Ademais, as considerações apresentadas correspondem a uma etapa inicial da investigação. Por se tratar de uma iniciação científica em andamento, análises futuras irão fornecer resultados mais consistentes a partir de uma leitura mais detalhada das produções acadêmicas.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen. 1º ed., 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5.

BARROS, D. **Leitura e escrita de mundo com a matemática e a comunidade LGBT+:** as lutas e a representatividade de um movimento social. 283 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

PEREIRA, J. **“Ah, mas você é menina, você tem certeza?”:** reflexões sobre a presença de mulheres nas ciências ditas exatas e seus foregrounds. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2025.

SILVA, G. **Equidade no acesso e permanência no ensino superior:** o papel da educação matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados. 359 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica:** a questão da democracia. Campinas: Papirus, 2001, Coleção Perspectivas em Educação Matemática, SBEM, 160 p.